

---

## *Apresentação*

A clássica definição da extensão universitária como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” e a própria Constituição Brasileira que, em seu Art. 207, afirma que as “universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não foram suficientes para garantir que a extensão ocupasse seu verdadeiro espaço na práxis acadêmica. A mesma Constituição que aponta para o tripé indissociável, também desobriga o estado do financiamento das ações de pesquisa e de extensão quando, em seu Art. 213, § 2º, declara que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público”, o que contribui para um quadro de distintos níveis hierárquicos na produção do conhecimento.

A Universidade, apesar de ter avançado nas discussões teóricas e conceituais da extensão, na tentativa de responder às questões sociais, ainda não conseguiu decidir pela obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos, com a participação dos discentes devidamente inserida na integralização curricular. Fala-se em flexibilização, mas estamos longe de assegurarmos aos nossos alunos dos cursos de graduação uma prática vivenciada no estágio, comprometida com um currículo preocupado com a solução dos problemas sociais.

Ainda na definição de extensão proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores, durante a prática extensionista, docentes e discentes ao retornarem ao seio da academia, terão um novo aprendizado que submetido à reflexão teórica, alimentará um fluxo de trocas, resultante do “intercâmbio de saberes sistematizados acadêmico e popular”, produzindo novo conhecimento a partir do confronto com a realidade brasileira e regional. Ainda que nobre e desejada, essa integração entre a extensão e a pesquisa também não está universalmente institucionalizada. Os avanços nas pesquisas titulam, produzem patentes, podendo resultar até mesmo em fama e sucesso financeiro, elevando o pesquisador a um status amplamente desejado na academia.

Precisamos, portanto, romper com esse desmembramento artificial do tripé e cada vez encontrar meios para o fortalecimento da relação de indissociabilidade. Na verdade, não deveríamos estar falando de ensino, pesquisa e extensão, mas sim de processos educativos de formação integral do cidadão crítico e comprometido com os aspectos sociais de tal forma interligados, em uma constante corrente de retroalimentação e de renovação do conhecimento. Será que fazemos ensino de qualidade sem extensão e sem pesquisa? E a

pesquisa com preocupação social pode estar separada do ensino e da extensão? Por que temos que conviver com essa separação artificial e hierárquica daquilo que na verdade foi concebido como inseparável?

A criação da Revista Em Extensão surge no momento em que a UFU amadurece sua prática extensionista e busca pela sua institucionalização, nas suas estruturas gerenciais, nos processos de divulgação, na metodologia e na sua práxis. Verificamos que as publicações científicas, geralmente temáticas, destinam-se em sua grande maioria à divulgação de trabalhos resultantes de pesquisas, renegando as experiências de extensão a boletins informativos e a notas nos jornais universitários.

Com o primeiro número da Revista Em Extensão consagramos discussões originadas durante o I Seminário de Extensão na UFU, quando a comunidade já demonstrava a necessidade de um veículo de divulgação das atividades extensionistas produzidas no âmbito da UFU. Portanto, com a Revista Em Extensão abrimos mais um espaço para a institucionalização da Extensão não somente na UFU, mas no Brasil, tendo em vista que estaremos recebendo contribuições relevantes produzidas em outras universidades para mantermos acesa a chama do intercâmbio de experiências e do trabalho interinstitucional.

Neste primeiro número, apresentamos o Programa Universidade Cidadã e o Plano Nacional de Extensão aprovados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, bem como artigos e experiências na transformação de acampados em assentados e em educação em direitos humanos, tomando a cidadania como parâmetro de análise. Também brindamos o leitor com reflexões sobre o papel da universidade e da extensão frente a mudanças sociais; apresentamos uma vivência extensionista dos alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UFU, com uma representação fotográfica da vida urbana; uma análise da extensão como uma oportunidade de intervenção na formação continuada de educadores matemáticos e, para concluir, um resumo do conteúdo do Programa de Qualidade e Produtividade na Construção Civil do Triângulo Mineiro, com resultados de ações realizadas.

Ao encerrar este primeiro número, já demos início aos trabalhos dos números posteriores e esperamos que toda a comunidade sintam-se estimulada a participar com suas reflexões visando contribuir para formação de cidadãos mais integrada e mais comprometida com as questões sociais que nos cercam.

Waldenor Barros Moraes Filho

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis